Transcrição Just Talk #40: Combate à Violência Infantil

Olá! Começa agora mais um episódio do Just Talk, podcast do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. 18 de maio é o Dia Nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Infelizmente as estatísticas de violência continuam altas em todo país. Por aqui é Ana Luiza Villaschi e para falar sobre a importância de garantir e proteger os direitos das crianças convido a coordenadora da Infância e Juventude do TJES, juíza Patrícia Neves.

Ana Luiza: Seja bem vinda, doutora! A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) disponibilizou dados relativos à violência contra crianças e adolescentes, extraídos dos boletins de ocorrências unificados. Os números mostram que durante a pandemia, de março de 2020, até março de 2021, o estupro de vulnerável foi o crime que teve os maiores índices, em todas as faixas de idade. Pode falar um pouco sobre essas estatísticas?

Patrícia: As estatísticas normalmente de estupro contra vulneráveis ou estupro daqueles entre 14 a 18 anos não diminuem. Nós acreditamos que estejam até subnotificados os casos, em razão da pandemia, porque os órgãos de recebimento de denúncia, os mais próximos do cidadão comum, estavam fechados, e os locais onde mais temos denúncias desse tipo de situação são as escolas, que permanecem fechadas, reabrindo agora.

Ana Luiza: Que outros atos caracterizam violência sexual, além do estupro?

Patrícia: Temos a corrupção de menores, satisfação de lascívia, favorecimento de prostituição, veiculação de imagens de estupro, pornografia ou violência sexual de vulneráveis e também com adolescentes acima dos 14 anos, dos 14 aos 18 anos.

São todos crimes muito sérios e muito graves, que tem penas de reclusão, penas mais graves na legislação penal brasileira. Mas são muitas as outras violências que crianças e adolescentes podem estar submetidos, por exemplo, quando a criança é estuprada, ela pode estar sendo ameaçada por algum adulto a sua volta para que ela não denuncie. O crime de ameaça também trás uma série de efeitos para a criança. Ou ela pode estar sofrendo uma série de violações físicas, como por exemplo, se denunciou para algum familiar, ela apanhar ou ter alguma lesão corporal, mais leve ou mais grave, em razão disso. Então são situações de violência, principalmente as sexuais, que trazem no seu corpo e no seu entorno, uma série de outras violações de direitos, de situações a levar a vulnerabilidade dessas crianças, que já estão submetidas, nesse caso, a uma violência extrema.

Ana Luiza: Quais são os outros tipos de violência, além da sexual?

Patrícia: Nós também temos violências que são descritas em uma lei especificamente, que é a lei 13.431, que trata de violência física, que são violências que podem ou não estar previstas no código penal em legislações espaciais penais. Mas a violência física, aí temos que nos recordar as questões de torturas contra crianças e adolescentes, que também temos tido muito conhecimento. De todo tipo de mau trato físico por parte da família que considera necessária no momento de correção, agredir seus filhos, agredir usando seu próprio corpo, usando as mãos ou dando chutes, ou utilizando pedaços de madeira, mangueiras.

Temos a violência psicológica, que é qualquer conduta que possa trazer violação aos seus direitos, situações de discriminação, depreciação, situação de preconceito contra aquela criança ou adolescente, xingamento, agressão verbal, ridicularização, indiferença, negligência, intimidação sistemática, que é o bullying, que possam comprometer o crescimento normal daquela criança. Qualquer conduta que exponha a criança ou adolescente a situações de crimes violentos contra um membro da família e ele estar ali presente no momento, no caso de feminicídio, ou alguém matando a mãe ou o pai ou irmão, também é considerado violência por essa lei.

Por óbvio, crianças e adolescentes podem ser vítimas de outras violências, como homicídios, tentativas de homicídios, induzimento ao suicídio ou automutilação, ameaça, violências consistentes, por exemplo, na apropriação de benefícios previdenciários de que façam jus, pensões alimentícias, diversas formas de abandono de incapaz, abandono intelectual, abandono material. Todos os tipos, que todo e qualquer cidadão esteja sujeito a ser, sujeito passivo daquele crime, crianças e adolescentes também estão sujeitas a serem vítimas de crimes diversos.

E temos a questão da alienação parental.

Ana Luiza: E o que é a alienação parental, doutora?

Patrícia: Alienação parental acontece dentro do seio familiar, na verdade a alienação acontece mais normalmente nas situações de separação de um casal que tem filhos. É entendido pela lei como a interferência na formação psicológica da criança, promovida por genitor ou avós ou qualquer familiar ou amigo que tenha essa criança ou adolescente sob sua autoridade e guarda, e que sejam responsáveis pela sua formação. Pessoas que levem ao repúdio, ao ódio, contra a figura do outro genitor. E sabemos que essas situações de alienação parental foram muito trazidas ao Poder Judiciário pela vontade de algum dos genitores de não permitir visitas de filhos, e essas são situações em que expõe as crianças a profundo sofrimento psicológico também.

Ana Luiza: Quanto menor a idade, mais difícil da criança conseguir se expressar. Então a família deve ficar atenta aos sinais de que há algo errado com sua criança. Quais são esses sinais?

Patrícia: Normalmente o que devemos observar com relação às crianças e adolescentes é a mudança do seu comportamento, alteração de humor, quando a criança passa a ficar muito tímida, reprimida, não quer se relacionar com outras pessoas. A criança pode ter traumas físicos também, deixar marcas dessas violências, e também pode estar desenvolvendo doenças psicossomáticas, que são aquelas doenças emocionais ou psiquiátricas que também interferem no seu corpo físico, na sua biologia e podem trazer consequências muito graves. A gente pode observar quando a criança tem o rendimento muito diminuído na escola, podemos observar a negligência por parte de algum familiar ou de alguma pessoa que detenha autoridade sobre essa criança.

Quando vimos esse tipo de situação, devemos imediatamente denunciar, ligar disque 100, procurar autoridade policial mais próxima da nossa residência, procurar ou o Conselho Tutelar ou Ministério Público. Não devemos nos calar.

Além da violência, exploração sexual de crianças ou adolescentes, devemos estar sempre atentos, todos os 365 dias do ano às situações que importem violação de direitos em violências contra crianças e adolescentes e devemos denunciar. Não devemos nos amedrontar, podemos através disque 100 fazer denúncias anônimas e poderemos estar salvando imediatamente uma vida, e levando condições para que aquela criança ou adolescente possa crescer de forma saudável, com uma vida digna, de forma que possa ser um cidadão íntegro e com uma vida plena, como é o que ela merece.

Ana Luiza: Muito obrigada pela sua participação. E não só hoje, mas durante o ano inteiro é importante combater a violência. Então fica o alerta: se você que está nos ouvindo for testemunha, souber ou suspeitar que alguma criança ou adolescente está sendo violentado, não deixe de denunciar. Até mais!